

A. I. Nº - 087078.0051/02-7
AUTUADO - SUPERMECADOS COCEBE LTDA.
AUTUANTE - ARQUINITO PINHEIRO SOUSA
ORIGEM - INFAZ VITÓRIA DA CONQUISTA
INTERNET - 24.09.02

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0330-02/02

EMENTA: ICMS. 1. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Previsão para pagamento do imposto antecipado. Infração não elidida. **2.** CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. FALTA DE APRESENTAÇÃO DO COMPETENTE DOCUMENTO COMPROBATÓRIO. Infração caracterizada em razão da inexistência do documento legal. Auto de Infração **PROCEDENTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 28/06/02, refere-se a exigência do ICMS no valor de R\$ 11.815,88, em razão da falta de recolhimento do ICMS por antecipação, no valor de R\$ 11.442,69, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições interestaduais de mercadorias sujeitas a substituição tributária, inerentes aos exercícios de 1999 e 2000, conforme demonstrativos às fls. 8 a 16 dos autos, como também pela utilização indevida de crédito fiscal, no valor de R\$ 234,02, não realizada através da primeira via da nota fiscal, assim como pela utilização de crédito fiscal, no valor de R\$ 139,17, apropriada através de cópia de nota fiscal.

O autuado, em sua impugnação, à fl. 22, restringe-se apenas à primeira exigência, onde aduz que o autuante constituiu o lançamento de ofício transcrevendo meramente os valores apurados no Livro Registro de Apuração do ICMS, sem verificar através dos documentos fiscais a consistência da escrita fiscal. Ressalta a ocorrência de alguns erros de lançamento nos livros fiscais, influenciando na apuração do imposto, do que entende necessária a realização de diligência. Requer a procedência parcial do Auto de Infração.

O autuante, em sua informação fiscal, registra que as argumentações do autuado nada têm a ver com o presente Auto de Infração. Ressalta que o defendente não observou que a ação fiscal se baseou nas notas fiscais de compras e nos DAEs do próprio contribuinte. Entende ser a diligência solicitada meramente postergatória. Pede a procedência do Auto de Infração.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir a antecipação do ICMS, referente às aquisições interestaduais de mercadorias sujeitas a substituição tributária nos exercícios de 1999 e 2000 e a utilização indevida de crédito fiscal, em razão da inexistência do documento legal.

O recorrente, impugna apenas a primeira exigência, sob a alegação de que o autuante baseou-se na escrita fiscal, a qual apresenta erros de lançamentos, sem verificar os documentos fiscais, do que pede diligência no sentido de se proceder os ajustes necessários.

Inicialmente indefiro o pedido de diligência do autuado, uma vez que a mesma é destinada a verificar fatos vinculados à escrituração fiscal e a documentos em posse do requerente, cuja prova ou sua cópia simplesmente poderia ter sido por ele juntada aos autos, conforme estabelece o art. 147, inciso I, alínea “b”, do RPAF, aprovado pelo Decreto n.º 7.629/99.

Da análise dos demonstrativos, às fls. 8 a 16 do PAF, constata-se a procedência das exigências fiscais, uma vez que o recorrente não trouxe aos autos qualquer documento ou levantamento que viesse elidir as provas de acusação, quanto a primeira infração, única impugnada, contrariando, assim, o art. 123 do RPAF, aprovado pelo Decreto n.º 7.629/99, o qual assegura ao sujeito passivo o direito de fazer a impugnação do lançamento, na esfera administrativa, acompanhada das provas referentes às suas alegações.

Já o art. 140 do citado RPAF estabelece que o fato alegado por uma das partes, quando a outra não contestar, será admitido como verídico se o contrário não resultar do conjunto das provas.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração, tendo em vista o reconhecimento, tácito, do autuado quanto às demais exigências fiscais.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração n.º **087078.0051/02-7**, lavrado contra **SUPERMERCADOS COCEBE LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 11.815,88**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, e VII, “a”, da Lei n.º 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de setembro de 2002.

FERNANDO A. B. DE ARAÚJO – PRESIDENTE/RELATOR

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - JULGADOR